

ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL EM ATENÇÃO PRIMÁRIA: UMA AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL

DAYANA SIQUEIRA URIO¹; ROBERTA HERATH RASCOVETZKI²; INAÊ GOMES OPPELT³; LUAN RODRIGUES LOTTI⁴; DENISE SILVA DA SILVEIRA⁵

¹Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas – day_urio@hotmail.com

²Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas – robertaherath@hotmail.com

³Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas – ninahgo@hotmail.com

⁴Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas – luanlotti.medicina@gmail.com

⁵Departamento de Medicina Social, Universidade Federal de Pelotas – denisilveira@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

A atenção pré-natal refere-se ao conjunto de consultas da mulher objetivando o acompanhamento da gestação e uma adequada preparação para o parto e puerpério. Esse programa é reconhecido pelo seu impacto em assegurar a gestação e um recém-nascido saudáveis, com mínimo impacto para a saúde materna, além de abordar aspectos psicossociais e atividades preventivas (BRASIL, 2012; DUNCAN et al., 2013).

No Brasil, observou-se um aumento da cobertura da assistência pré-natal e do número de consultas por gestante nos últimos 15 anos, sendo a proporção de mulheres sem acesso a qualquer consulta de pré-natal inferior a 2% em 2009. Além disso, nas últimas duas décadas, diversos estudos nacionais propuseram indicadores de adequação para avaliar a qualidade do programa de pré-natal (BRASIL, 2000; DOMINGUES et al., 2012).

Em Pelotas, Rio Grande do Sul, RASIA; ALBERNAZ (2008) realizaram um estudo transversal aninhado a uma coorte de 2741 mães, no qual foi encontrado que 77% das gestantes fizeram seis ou mais consultas de pré-natal. No entanto, falhas no cumprimento e no manejo das normas de assistência pré-natal foram comumente encontradas. Nesse contexto, este estudo objetivou descrever a atenção pré-natal oferecida às gestantes de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, no ano de 2013 e assim contribuir para o redirecionamento das ações do referido serviço.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como observacional com delineamento transversal descritivo. A amostra incluiu as gestantes residentes na área de cobertura de uma UBS de Pelotas, Rio Grande do Sul, que estavam cadastradas no Programa Pré-Natal no mês de novembro de 2013. Essa UBS se localiza na zona urbana e periférica do município, encontra-se vinculada ao ensino pela Universidade Federal de Pelotas e tem o programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Para a coleta dos dados, utilizaram-se as fichas de pré-natal e o prontuário médico das pacientes. As variáveis estudadas incluíram: idade da gestante na primeira consulta; início do pré-natal no primeiro trimestre; frequência de consultas em dia de acordo com o calendário preconizado pelo Ministério da Saúde – MS (BRASIL, 2012); prescrição de suplementação de sulfato ferroso conforme protocolo do MS; esquema vacinal antitetânico e de Hepatite B em dia pelo MS; registro de

índice de massa corporal (IMC) na última consulta; avaliação do risco gestacional e realização de todos os exames laboratoriais preconizados para a primeira consulta de acordo com o MS; e, realização do exame de puerpério. Os dados foram analisados por meio de uma planilha eletrônica do programa Microsoft Office Excel® 2003, adaptada de uma versão previamente desenvolvida pelo curso de Especialização em Saúde da Família da UFPEL – modalidade à distância. A análise incluiu a frequência simples das variáveis de interesse.

O estudo em questão prezou por respeitar a privacidade das usuárias e garantir o caráter confidencial das informações, visto que os dados foram coletados das fichas de pré-natal e do prontuário médico das pacientes, não sendo realizado contato direto ou questionário com as gestantes atendidas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No mês de novembro de 2013, 37 gestantes estavam consultando ativamente no serviço de pré-natal da unidade básica de saúde avaliada. A faixa etária das pacientes compreendeu o intervalo de 14 a 39 anos, sendo a idade média 25,6 anos (dp = 7). Mais de um quarto da amostra (dez gestantes; 27%) eram adolescentes, ou seja, tinham entre 14 e 19 anos. De acordo com HERCOWITZ (2002), essa prevalência de mulheres jovens e adolescentes poderia ser justificada pela baixa renda e baixa escolaridade das usuárias, e ainda o início cada vez mais precoce da puberdade, da menarca e da iniciação sexual, fatores que estão diretamente relacionados à gravidez precoce.

A Tabela 1 descreve o resultado das variáveis analisadas. Quanto às consultas, observou-se que 81,1% das gestantes iniciaram-nas no primeiro trimestre de gestação e 70,2% estavam em dia com o calendário preconizado pelo MS. No entanto, esses resultados revelaram-se inferiores ao desejado, mostrando uma adesão parcial ao programa de pré-natal. Possivelmente, essa diferença decorra da possibilidade de as usuárias do pré-natal das UBS ser de mais de baixa renda, caracterizando-se como as que consultam menos; dificuldade de acesso em virtude de o serviço funcionar apenas nos turnos diurnos; falha no agendamento das consultas; falha no esclarecimento do médico à paciente da importância da continuidade do programa; ou mesmo da falta de interesse da paciente (COSTA et al., 1996; SILVEIRA et al., 2001).

A prescrição de suplementação de sulfato ferroso foi constatada em 81,1% dos casos analisados, resultado superior ao encontrado por CARMO; NITRINI (2004), cujo estudo avaliou a prescrição de sulfato ferroso na atenção pré-natal de Piracicaba, São Paulo, havendo referência positiva em 33,3% dos casos. Quanto às imunizações, 91,8% e 81,1% das gestantes estavam com o esquema vacinal antitetânico e de hepatite B em dia, respectivamente. O que pode estar contribuindo para o bom resultado de ambos os esquemas é a facilidade de a vacinação ser realizada na própria UBS e a possibilidade da gestante estar imunizada previamente. Ainda assim, esperar-se-ia 100% de cobertura vacinal.

O registro de IMC na última consulta totalizou 86,4% de cobertura. No entanto, considerando-se apenas o registro na ficha de pré-natal, essa porcentagem é relativamente baixa (48,6%). O resultado total foi obtido através da procura aos prontuários: 40,5% prontuários foram consultados, dos quais 71,4% continham a informação. Isso mostra que o IMC é realizado; contudo, há um sub-registro nas fichas de pré-natal, o que impossibilita uma observação mais criteriosa quanto ao ganho de peso gestacional e, possivelmente, o manejo adequado das comorbidades

relacionadas ao aumento do valor dessa variável, tais como diabetes gestacional, pré-eclâmpsia, eclâmpsia e hipertensão arterial (KONNO et al., 2007).

Tabela 1 – Descrição dos resultados obtidos em relação às variáveis analisadas no atendimento pré-natal (n=37).

Variável	n (%)
Início do pré-natal no primeiro trimestre de gestação	30 (81,1%)
Consultas em dia segundo calendário do Ministério da Saúde	26 (70,2%)
Suplementação de sulfato ferroso conforme protocolo	30 (81,1%)
Esquema vacinal antitetânico em dia	34 (91,8%)
Esquema vacinal de hepatite B em dia	30 (81,1%)
Registro de IMC na última consulta	32 (86,4%)
Avaliação do risco gestacional realizado	35 (94,5%)
Realização dos exames preconizados para a primeira consulta (n=36)	26 (72,2%)
Realização de exame de puerpério (n=3)	3 (100%)

Quanto ao registro dos exames laboratoriais, um caso foi excluído da análise por falta de informação na ficha de pré-natal e não localização de seu prontuário. Entre as demais, 72,2% realizaram todos os exames laboratoriais preconizados para a primeira consulta. Esse resultado final é insatisfatório, uma vez que todas as gestantes deveriam ter o registro de realização dos mesmos. Para justificar esse resultado, pode-se supor que a) os exames foram solicitados, mas a paciente não os realizou; b) foram solicitados, a paciente os realizou, porém houve falha no registro; ou c) não foram solicitados. Apenas duas gestantes (5,5%) não tiveram o risco gestacional realizado. A última variável avaliada foi a realização da consulta puerperal e, dentre as três mulheres que preenchiam esse critério, todas (100%) realizaram a consulta.

4. CONCLUSÕES

A avaliação dos dados mostrou-se significativa acerca da importância da avaliação da assistência pré-natal desenvolvida em uma UBS do município de Pelotas. A partir disso, é possível constatar a necessidade de estratégias para aumentar o ingresso precoce das gestantes no programa e melhorar a continuidade e qualidade das consultas. Apesar dos progressos em assistência pré-natal, ainda há espaço para o desenvolvimento de estudos de avaliação desse programa.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica 32 – Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Programa de Humanização do Pré-Natal e Nascimento**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde; 2000.

CARMO, T.A.; NITRINI, S.M.O.O. Prescrições de medicamentos para gestantes: um estudo farmacoepidemiológico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.20, n.4, p.1004-1013, 2004.

COSTA, J.S.D. et al. Assistência médica materno-infantil em duas coortes de base populacional no Sul do Brasil: tendências e diferenciais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p.59-66, 1996.

DOMINGUES, R.M.S.D. et al. Avaliação da adequação da assistência pré-natal na rede SUS do Município do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.28, n.3, p.427-437, 2012.

DUNCAN, B.B. et al. **Medicina Ambulatorial – Condutas de Atenção Primária Baseadas em Evidências**. Porto Alegre: Artmed, 2013. 4ª edição.

HERCOWITZ, A. Gravidez na adolescência. **Pediatria Moderna**, São Paulo, v.38, n.8, p.392-395, 2002.

KONNO, S.C. et al. Fatores associados à evolução ponderal de gestantes: uma análise multinível. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.41, n.6, 2007.

RASIA, I.C.R.B.; ALBERNAZ, E. Atenção pré-natal na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v.8, n.4, p.401-410, 2008.

SILVEIRA, D.S. et al. Atenção pré-natal na rede básica: uma avaliação da estrutura e do processo. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.131-139, 2001.